

NEFI CORDEIRO
COLABORAÇÃO
PREMIADA
CARACTERES, LIMITES E CONTROLES



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2020 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 16.09.2019

1159068

**CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C82c
Cordeiro, Nefi

Colaboração Premiada: caracteres, limites e controles / Nefi Cordeiro. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8799-2

1. Processo penal – Brasil. 2. Delação premiada (Processo penal). I. Título.

19-59940

CDU: 343.1(81)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CARACTERES DA COLABORAÇÃO PREMIADA	3
1.1. Evolução histórica.....	4
1.1.1. Lei dos Crimes Hediondos.....	5
1.1.2. Lei do Crime Organizado.....	6
1.1.3. Lei dos Crimes Tributários e Econômicos	7
1.1.4. Lei de Lavagem de Capitais	8
1.1.5. Lei de Proteção das Vítimas e Testemunhas	9
1.1.6. Lei de Tóxicos – Hoje revogada pela Lei nº 10.409/2002	10
1.1.7. Lei de Drogas – Lei nº 11.343/2006	11
1.1.8. Conflito de leis	12
1.2. Caracteres estáveis da legislação premial	14
1.2.1. Critério do favor judicial	14
1.2.2. Critério da proporção do favor	15
1.2.3. Critério do resultado	15
1.2.4. Critério da voluntariedade	16
1.2.5. Critério da utilidade	19
2 CARACTERES NA LEI DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA	21
2.1. O negócio jurídico	23
2.1.1. Negócio jurídico para a obtenção de provas.....	24
2.1.2. Negociadores	29
2.1.3. Autocolaboração	32
2.1.4. Subsidiariedade ou “muleta investigatória”	33

2.2.	Aplicação do favor	34
2.2.1.	Favor judicial e favor ministerial	34
2.2.2.	Favor de resultado	35
2.3.	Objeto da delação	36
2.3.1.	Estratégia de defesa	36
2.3.2.	Critério da utilidade	38
2.3.3.	Sigilo e impugnação do acordo	40
2.4.	A colaboração e o processo	43
2.4.1.	Renúncia ao silêncio	43
2.4.2.	Corroboração da colaboração.....	44
2.4.3.	Colaborador e contraditório	48
2.4.4.	Desfazimento da colaboração	53
3	LIMITES DA NEGOCIAÇÃO	57
3.1.	Limites legais	57
3.1.1.	Favores extralegais.....	58
3.1.2.	Deveres extralegais.....	61
3.1.3.	Pena inventada.....	62
3.1.4.	Execução imediata da pena.....	65
3.2.	O processo penal como limitador principiológico	67
3.2.1.	Modelo inquisitório	67
3.2.2.	Anterioridade legal da pena	70
3.2.3.	Outros princípios de incidência	70
3.3.	A Constituição garantista	72
3.3.1.	Jurisdicionalidade da pena.....	73
3.3.2.	Princípios da Administração Pública	75
3.3.2.1.	A Eficiência.....	76
3.3.2.2.	A Impessoalidade, Moralidade e Publicidade.....	77
3.3.2.3.	Proporcionalidade e isonomia	80
4	CONTROLES NECESSÁRIOS	83
4.1.	Controle interno ministerial	84
4.1.1.	Independência funcional, controle e revisão	85
4.1.2.	Controles por ação conjunta ou revisional	87

4.2. Controle judicial na homologação	92
4.2.1. Controle judicial da legalidade	93
4.2.2. Acesso judicial ao mérito da negociação	94
4.2.3. Momento do controle judicial da legalidade	96
4.3. Controle judicial dos aditamentos.....	97
4.4. Controle judicial na sentença.....	98
CONCLUSÕES	103
REFERÊNCIAS	107
ANEXO	115
Leis correlatas	117
Decisões nos Tribunais.....	181